

Vaivém

Depois de anunciar que adotaria o superávit anticíclico no ano que vem, o governo abandona a idéia para não desagradar o mercado

O Governo Lula patina quando trata do superávit primário. Os homens da sua equipe econômica parecem, numa imagem bem ao gosto presidencial, certos jogadores de futebol que sassaricam diante dos defensores adversários, mas não saem do lugar. Um exemplo: no início de março, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, disse que o superávit anticíclico vinha aí no ano que vem. Era uma esperança de que, mesmo nas condições restritas impostas pela política econômica comandada por Palocci, o Estado brasileiro aumentaria seus investimentos e, com isso, alavancaria o crescimento econômico. Mas, eis que o ministro do Planejamento, Guido Mantega, pouco mais de um mês depois, acaba com a ilusão e esclarece: superávit anticíclico é novidade, pode assustar o mercado. E, como se sabe, o Governo Lula quer deixar o mercado bem calmo. Enquanto os ministros de Lula sassaricam por aqui, países como a Coréia do Sul e a China seguem rumo bem diferente: seus Estados investem para fazer a economia crescer. E o mercado, ao que tudo indica, mantém-se calmo. E até gosta.

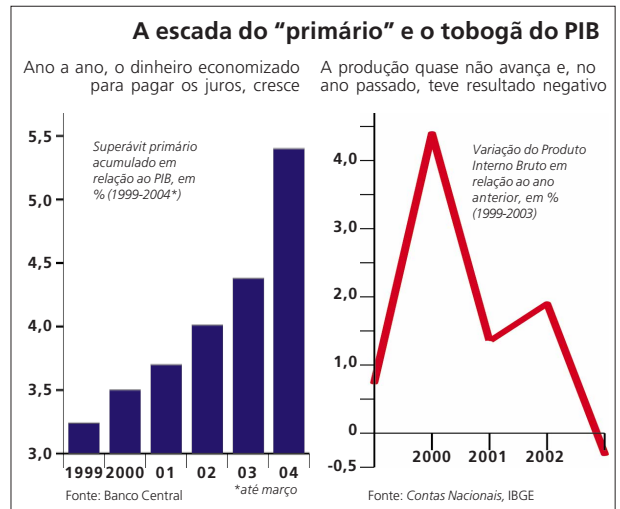
Atrapalhação Mantega jogou o balde de água fria sobre as esperanças de mudança na política econômica quando entregou ao Congresso Nacional, em meados de abril, a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2005, que não inclui o superávit fiscal anticíclico. A medida, se adotada, significaria que em anos de maior crescimento do PIB, a geração do superávit do setor público – a diferença entre receitas tributárias e despesas, excluído o pagamento de juros – seria maior e, quando houvesse retração, menor. Hoje, o superávit mínimo, como definido pelo Governo Lula com o Fundo Monetário Internacional (FMI), equivale a 4,25% do PIB, não importando o comportamento da economia. Nos termos atuais,

quando o país não cresce ou cresce pouco, como nos últimos anos, resta quase nada para o Estado investir. Mantega explicou que o superávit anticíclico “é uma inovação” que, “nesse momento, poderia mais atrapalhar que ajudar”, pondo em risco a credibilidade da política fiscal perante o mercado e os organismos financeiros internacionais. Por isso, o governo preferiu manter na LDO a meta de 4,25% até 2007 e aguardar “até que o sistema amadureça, fique mais claro e não emita mensagens ambíguas”, disse o ministro do Planejamento. Antes do anúncio do engavetamento do superávit anticíclico, no entanto, e diante do anúncio da desastrosa taxa de crescimento do PIB no ano passado (-0,2%), o ministro Palocci falou do assunto em sentido oposto. Em entrevista à TV Globo no início de março, ele anunciou como certo que a partir de 2005 o Brasil passaria a adotar o novo sistema, “uma maneira mais adequada de fazer um superávit”.

Teoria interessante O vaivém em torno da questão não é novo. No ano passado, no início de fevereiro, o próprio Palocci já havia defendido a introdução do sistema anticíclico em 2005. Porém, em meio à negociação do último acordo com o FMI, sete meses depois, ele se rendeu às ponderações do ex-diretor-gerente da instituição, Horst Köhler. Em Dubai (Emirados Árabes), durante encontro do Fundo com o Banco Mundial, Köhler classificou a proposta como uma “interessante idéia teórica”, mas ressaltou que o importante era que o órgão e o governo brasileiro se concentrassem na “busca de credibilida-

de”. Palocci disse, então, sem qualquer pejo, que “se [a proposta] não está na pauta do diretor-gerente, também não faz parte da nossa”.

Em março passado o setor público brasileiro registrou o maior superávit primário desde 1991: foram R\$ 10,282 bilhões, um montante 52,3% maior do que o economizado no mesmo mês de 2003 (no trimestre, o “primário”, como alguns dizem, chegou a 5,4% do PIB). O desempenho foi tão espetacular que, após o pagamento dos juros, ainda sobraram R\$ 75 milhões, o que



raramente acontece – desde abril do ano passado isso não ocorria. A explicação para tal arrocho é que o dinheiro economizado nos doze meses anteriores para pagar os juros estava abaixo da meta e que agora foi necessário apertar ainda mais o cinto para poder aliviá-lo nos meses que virão.

Do outro lado do planeta, no entanto, as coisas parecem ser diferentes. Como na Coréia do Sul, que já gastou 27,3% do Orçamento de 2004 no primeiro trimestre para estimular o crescimento de sua economia. E na China, onde o Estado investe pesadamente para o mesmo fim, e que teve um aumento dos gastos em máquinas, equipamentos e instalações de 43% nos primeiros três meses deste ano em relação ao mesmo período de 2003. Detalhe: o PIB chinês cresceu 9,7% no trimestre. [Flávia Baldi]